Novíssima Dependência e Autonomia Relativa do Estado: Os Casos do Brasil e da Argentina (2003-2016)

Fabrizio Aveline[1]

Resumo: Este artigo recupera a teoria do politólogo greco-francês Nicos Poulantzas no que tange às relações entre o bloco no poder e a cena política e entre política interna e externa. A partir de uma investigação bibliográfica que tem como escopo as conjunturas do Brasil e da Argentina entre 2003 e 2016, indaga-se qual é a margem de ação autônoma dos Estados latino-americanos no contexto da assim chamada "novíssima dependência". As conclusões indicam que, na ausência de uma burguesia local forte, tal margem é bastante restrita, e que, durante o período em questão, as burguesias associadas brasileira e argentina permaneceram politicamente hegemônicas.

Palavras-chave: Poulantzas; bloco no poder; novíssima dependência; Brasil; Argentina.

1 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC-UFRGS/CNPq)

1 Introdução

Tendo como foco a América Latina, o presente artigo recupera alguns conceitos relativos à caracterização do político em formações sociais capitalistas, isto é, formações sociais em que o modo de produção capitalista é dominante. Para tanto, lançamos mão sobretudo da obra magna do cientista político greco-francês Nicos Poulantzas (2019), Poder político e classes sociais, de 1968. Pretende-se jogar luz sobre as relações existentes entre o Estado capitalista, o bloco no poder e a cena política segundo o prisma do autor, de um lado, e segundo o prisma daqueles que se utilizam de sua teoria para analisar formações sociais latino-americanas, de outro. Daí, aborda-se a questão da assim chamada "novíssima dependência" (SAES, 2007; MARTUSCELLI, 2018b) no que diz respeito às margens de ação autônoma dos Estados latino-americanos frente a essa nova forma de subordinação.

Nas seções 1 e 2, discutimos, breve e respectivamente, a especificidade da teoria política poulantziana e as relações entre o Estado, o bloco no poder e a cena política em Poder político e classes sociais. Na seção 3, alguns limites do conceito poulantziano de cena política e a questão da distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica. Na seção 4, retomando tal distinção, o problema da dependência dos países periféricos em relação ao grande capital internacional e as consequências disso à execução de suas políticas internas e externas, tendo como escopo os casos do Brasil sob os governos petistas (2003-2016) e da Argentina sob os governos Kirchner (2003-2015). Encerramos, então, com algumas considerações finais.

2 A Teoria Política Poulantziana

A teoria política poulantziana emerge na França no contexto da década de 1960, sob influência das contribuições da assim chamada "corrente althusseriana", notadamente de Louis Althusser e Étienne Balibar. [2]Na linha desses autores, Poulantzas considera que a superestrutura jurídico-política do modo de produção capitalista possui uma eficácia própria, sendo relativamente autônoma em relação à infraestrutura econômica. Justifica-se, portanto, uma investigação que a tome como objeto autônomo, abrindo-se, assim, como expressa Silveira,

2 Não estamos levando em conta o período anterior à sua adesão ao althusserianismo (ver Motta, 2010). Para uma periodização do pensamento poulantziano, dos anos 1960 aos 1970, cf. Codato (2008).

> o espaço para a construção de uma "teoria regional do modo de produção capitalista" (a região do político) ou de uma ciência política "marxista". (As aspas no "marxista" da ciência política entram aí, por enquanto, apenas por uma desconfiança; afinal a "determinação em última instância pelo econômico" não deveria implicar uma certa soldagem entre o político e o econômico que uma ciência política visaria exatamente dissolver?) (SILVEIRA, 1984, p. 10).

Um modo de produção é entendido aqui a partir da noção, introduzida por Althusser, de todo complexo estruturado com dominante — ou, na terminologia de Poulantzas (2019), todo complexo com dominância —, que se inspira na concepção de sociedade exposta por Marx (2008) no Prefácio da Contribuição à crítica da economia política. Trata-se da articulação de dois níveis (ou instâncias): de um lado, um nível infraestrutural — determinante em última instância — e, de outro, um nível superestrutural, compreendendo uma superestrutura jurídico-política e uma superestrutura ideológica, que possui uma autonomia relativa em relação ao nível infraestrutural, a despeito de por ele, em última instância, ser determinado. Nesse sentido, a determinação em última instância deve ser entendida a partir da premissa de que "o econômico só é de fato determinante na medida em que atribui a tal ou qual instância o papel dominante" (POULANTZAS, 2019, p. 18). "Marx nos indica como", por exemplo, "no modo de produção feudal, é a ideologia — na sua forma religiosa — que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo" (Ibidem)[3].

De toda sorte, segundo Poulantzas (2019, p. 19), um modo de produção é "um objeto abstrato-formal que não existe, no sentido rigoroso do termo, na realidade". O que existe, de fato, é uma formação social em um contexto histórico determinado, a qual, teoricamente, corresponde a "uma sobreposição específica de vários modos de produção 'puros'" (Ibidem)[4]. Como sumariza Armando Boito Jr., este conceito, de formação social,

> trata da maneira como um determinado modo de produção vigora numa sociedade historicamente determinada, podendo, como foi o caso do capitalismo brasileiro da Primeira República, comportar elementos econômicos,

3 Cf. Marx (2017, p. 156-157, em nota): "É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal".

4 Poulantzas (2019, p. 19) menciona o exemplo da Alemanha de Bismarck, que se caracteriza "por uma combinação específica dos modos de produção capitalista, feudal e patriarcal, da qual só a combinação existe no sentido rigoroso do termo; existe só uma formação social historicamente determinada como objeto singular".

> políticos e sociais de modos de produção anteriores ao capitalismo. É nesse nível mais concreto que um número maior de particularidades históricas da sociedade em questão pode ser considerado: as características específicas da sua economia e do seu Estado, o regime político vigente, sua inserção na divisão internacional do trabalho, a composição de classes existente nessa sociedade, suas tradições políticas etc. (BOITO Jr., 2016a, p. 158).

Rejeitando a ideia de que as instituições possam ser examinadas à parte dos outros níveis sociais, Poulantzas (2019) leva a cabo uma construção teórica que não descuida da inter-relação existente entre a realidade econômica, política e ideológica. Ademais, assim como a entre diferentes instâncias de um modo de produção, a distinção entre modos de produção e formação social torna possível uma analítica mais refinada de sociedades concretas. Como veremos a seguir, isso permite ao autor estabelecer as bases para um entendimento criativo e original do poder político em formações sociais capitalistas.

3 Estado, Bloco no Poder e Cena Política

O modo de produção capitalista (MPC) se distingue de outros modos de produção, no fundamental, pelo fato de que a classe explorada — o proletariado — se encontra imediatamente despojada dos meios de produção necessários à satisfação de suas condições materiais de existência. É o chamado, por Marx (2011a; 2017), surgimento do "indivíduo nu"[5], condição histórica do capitalismo: o proletário não dispõe senão de sua força de trabalho, a qual vende. Essa separação, que se dá no nível econômico (precisamente, na esfera da produção), entre os produtores diretos (trabalhadores) e os meios de produção, se "reflete", no nível jurídico-político, na fixação desses agentes como indivíduos-pessoas-cidadãos políticos (sujeitos de direito) (POULANTZAS, 2019).

Marx trata dessa questão com especial cuidado na passagem da segunda para a terceira seção do livro I d'O capital. Na esfera da circulação, isto é, no mercado, o trabalhador e o capitalista se defrontam como dois proprietários (o trabalhador, de sua força de trabalho; o capitalista, de seus meios de produção)

5 No modo de produção feudal, por exemplo, ainda que "o senhor detivesse ao mesmo tempo a propriedade jurídica e a propriedade econômica da terra, o servo tinha a posse de seu pedaço de terra; encontrava-se protegido pelos costumes, e o senhor não podia despojá-lo pura e simplesmente de seus bens: para que isso se fizesse, foi necessário, na Inglaterra, por exemplo, todo um processo sangrento das enclosures na transição do feudalismo para o capitalismo, que Marx chamou de acumulação primitiva do capital" (POULANTZAS, 1975, p. 20)

juridicamente iguais, "com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor" (MARX, 2017, p. 242). Daí o papel singular que desempenha o direito nas formações sociais capitalistas.

Em suma, a enunciação de um direito formalmente igualitário redunda no "isolamento" das relações sociais econômicas do MPC, isto é, no ocultamento do caráter de classe das relações sociais (POULANTZAS, 2019). Tal "isolamento" encerra o "efeito, sobre as relações sociais econômicas: 1) do jurídico; 2) da ideologia jurídico-política; 3) do ideológico em geral" (POULANTZAS, 2019, p. 131). Em contraste com os Estados pré-capitalistas, o Estado capitalista tem, portanto, a particularidade de se apresentar como um Estado universal: "como a encarnação da vontade popular do povo-nação", sendo "[o] povo-nação [...] institucionalmente fixado como conjunto de 'cidadãos', 'indivíduos' cuja unidade o Estado capitalista representa, e tem precisamente como substrato real esse efeito de isolamento que as relações sociais econômicas do M.P.C. manifestam" (POULANTZAS, 2019, p. 133).

Vem assim a calhar o conceito de bloco no poder, que rastreia a relação à primeira vista oculta entre o Estado capitalista e as classes dominantes. Por classes dominantes, Poulantzas entende a aliança[6] entre várias classes ou frações de classe burguesas[7] politicamente dominantes. Estas se condensam no bloco no poder, a unidade contraditória politicamente dominante em uma formação social capitalista historicamente dada, ou seja, a aliança formada por várias classes e frações de

6 O conceito de aliança se distingue do conceito de bloco no poder. A aliança se refere a uma unidade contraditória de classes ou frações de classes aliadas, mas não se dá necessariamente no interior de um bloco no poder (POULANTZAS, 2019). Por isso, é possível que a correlação de forças no interior de um bloco no poder seja alterada sem que haja alteração nas alianças de classes (POULANTZAS, 2019).

7 Seguindo Poulantzas (1975), pode-se fracionar a classe burguesa de uma determinada formação social concreta, primordialmente, em: a) burguesia industrial — ligada ao processo de produção capitalista; b) burguesia bancária e comercial — ligada ao processo de circulação capitalista; c) burguesia financeira — ligada ao capital financeiro. A aliança ou o confronto entre essas diversas frações varia vis-à-vis a conjuntura, isto é, de acordo com a hegemonia política no interior do bloco no poder, a classe reinante da cena política, etc. A fração da burguesia integrada prioritariamente ao capital financeiro (burguesia financeira), por exemplo, em uma determinada conjuntura, pode estar em conflito tanto com a burguesia estritamente industrial quanto com a burguesia estritamente bancária. No caso de um Estado dependente, outra forma de tipificar essas frações se baseia em suas relações para com o capital imperialista. De acordo com Poulantzas (1975), é possível identificar: a) uma fração que possui uma base de acumulação autônoma no interior da formação social dependente, de modo que tende a assumir uma posição política e ideológica anti-imperialista, voltada para o desenvolvimento nacional, chamada burguesia nacional e b) uma fração cujos interesses estão ligados intrinsecamente ao capital imperialista, chamada burguesia compradora (aqui indicada como associada). No meio, encontra-se a chamada burguesia interna, que, ao mesmo tempo em que depende do capital estrangeiro, dispõe de uma base de acumulação própria.

classe burguesas — das quais, em uma determinada conjuntura, via de regra, uma detém o papel dirigente, isto é, hegemônico — que está relacionada à forma de Estado específica dessa formação social (POULANTZAS, 2019). Isso significa que, "localizando a relação entre o Estado capitalista e as classes politicamente dominantes", é exato "que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe" (POULANTZAS, 2019, p. 137): ele assume de maneira sistemática os interesses das classes ou frações de classe dominantes; prioritariamente, os interesses das classes ou frações de classe que detêm hegemonia no interior do bloco no poder.

O poder político, portanto, não se restringe à cena política, isto é, ao espaço, circunscrito pelo sufrágio universal, que "contém precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos" (POULANTZAS, 2019, p. 252). A ausência de uma classe ou fração de classe neste espaço não implica sua ausência no bloco no poder. Distinguem-se, então, as classes ou frações de classe reinantes[8], dominantes na cena política, sob a forma de partido(s) político(s), das classes ou frações de classe politicamente dominantes, hegemônicas no interior do bloco no poder (POULANTZAS, 2019, p. 254). Estas não se confundem, ademais, com as classes ou frações de classe detentoras (do aparelho de Estado), isto é, com "o pessoal político, burocrático, militar etc., que ocupa as 'cúpulas' do Estado" (POULANTZAS, 2019, p. 255)[9].

Seguindo o Marx (2011b) de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Poulantzas (2019, p. 253) pressupõe uma defasagem entre a cena política e as práticas políticas em geral. Rejeita, assim, análises que se detêm apenas no espaço no qual transitam os partidos políticos (institucionalismo, neoinstitucionalismo), sem por isso se restringir às cúpulas estatais, governamentais e burocráticas (elitismo, neoelitismo). Em intervenções posteriores, como a obra Fascismo e ditadura (POULANTZAS, 1972a), de 1970, e o artigo As classes sociais (POULANTZAS, 1972b)[10], de 1972,

8 Como sublinha Poulantzas (2019, p. 255), "Marx empregará mesmo, no lugar de 'reinante', o termo classe 'governante': 'A classe que governa e que não coincide absolutamente na Inglaterra" [pós-1832] "com a classe dirigente'".

9 Cf. Poulantzas (2019, p. 255): "A classe ou fração hegemônica pode ser igualmente reinante e detentora do Estado, mas a classe ou fração reinante pode ser detentora do Estado sem ser por isso hegemônica [...] A classe ou fração reinante, e isto é ainda mais válido para aquelas que são detentoras, pode, aliás, não só não ser hegemônica, mas mesmo por vezes não fazer parte do bloco no poder [...]".

10 As classes sociais constitui um texto originalmente encomendado pela Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), revisado e publicado na revista L'Homme et la Société, em 1972 (POULANTZAS, 1972b). Posteriormente, foi incrementado com considerações sobre a reprodução ampliada das classes sociais (POULANTZAS, 1975, p. 13-38).

o autor, porém, dá brechas para outros usos de suas formulações iniciais, inclusive deixando entrever nelas certa debilidade.

4 Limites do Conceito de Cena Política: Hegemonia Política e Hegemonia Ideológica

Em Cena política, fração reinante e hegemonia ideológica, quinto capítulo de seu livro Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo, o cientista político Danilo Enrico Martuscelli (2018a) aponta alguns limites dos conceitos poulantzianos de cena política e classes ou frações reinantes. O autor mostra, em grandes linhas, que, em Fascismo e ditadura, analisando o fascismo italiano e o nazismo alemão,

> Poulantzas parece elaborar um conceito mais amplo de cena política, antes limitado a caracterizar apenas a representação partidária e agora abrangendo a situação política em que ocorre o declínio da representação partidária e o reforço do aparelho de Estado diante das organizações das classes e frações de classe dominantes. (MARTUSCELLI, 2018a, p. 134);

Também pontua que, em As classes sociais, o conceito de classe ou fração reinante se confunde com o de classe ou fração detentora: "Poulantzas passa a usar a expressão classe ou fração reinante para designar aquilo que antes ele denominava classe detentora" (Ibidem). Segue-se, daí, uma breve análise dos textos poulantzianos em confronto com textos históricos de Marx, em especial com O 18 de Brumário, que lhe permite concluir, apoiando-se em Boito Jr. (2002),

> que a cena política é simultaneamente: a) um espaço de dissimulação de interesses de classe, pois é impregnada pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês; b) um espaço que reflete os interesses de classes, visto que é nesse espaço que se travam as disputas políticas entre as organizações políticas que representam as condições materiais de existência de classes e frações de classe; c) um espaço que coordena e organiza os interesses e conflitos de classe, uma vez que é um lugar que delimita a área de atuação das classes e frações de classe em luta. (MARTUSCELLI, 2018a, p. 140).

Já que ela não se limita à representação partidária, sendo, antes, "um espaço que dissimula, reflete, coordena e organiza os conflitos e interesses de classe", nas sociedades capitalistas, a cena política não poderia, pois, ser tomada simplesmente como o terreno dos partidos (MARTUSCELLI, 2018a, p. 141). Trata-se de um

terreno no qual transitariam grupos de interesses, não necessariamente representados em partidos, que não podem ser excluídos da análise dos processos políticos. Poulantzas não ignora isso, porém não extrai "as conclusões mais adequadas para tratar do tema, preferindo, então, vincular tão somente a cena política ao campo da representação partidária"; "Tampouco levou em consideração o fenômeno da constituição de frentes políticas[11] na cena política, reunindo partidos e grupos de interesses. Portanto, ele operou com um conceito demasiadamente restrito de cena política" (Ibidem).

Martuscelli sublinha, ademais, o fato de que, em se tratando da classe ou fração reinante na cena política, Poulantzas "não aplicou o mesmo princípio epistemológico que havia aplicado para compreender a posição da fração hegemônica em relação ao bloco no poder" (Ibidem): não considerou a existência de uma classe ou fração de classe não reinante, limitando-se à afirmação de que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder pode estar ausente da cena política. Resta a seguinte questão: "não seria mais adequado operar com a ideia de que a fração hegemônica ocupa um lugar secundário na cena política, o que não implica necessariamente a sua ausência?" (MARTUSCELLI, 2018a, p. 141-142). E, ainda, em se tratando da relação entre os conceitos de cena política e bloco no poder, de um lado, e classe ou fração reinante e classe ou fração hegemônica, de outro, Poulantzas não conclui nada que poderia vincular tais diferenciações às noções de hegemonia política e hegemonia ideológica. Impõe-se, neste caso, o questionamento: "não se poderia, então, tratar a cena política como o lugar no qual se constitui a hegemonia ideológica de uma classe ou fração de classe?" (MARTUSCELLI, 2018a, p. 142).

Para resumir, o autor sugere considerar "a classe ou fração reinante [...] como aquela que exerce a hegemonia ideológica, numa dada conjuntura, sobre o conjunto da formação social" (MARTUSCELLI, 2018a, p. 144, grifo nosso) — sem que isso implique que a classe ou fração de classe hegemônica no interior do bloco no poder esteja ausente da cena política. A hegemonia política das classes ou frações de classe politicamente dominantes no interior do bloco no poder não se confundiria, pois, com a hegemonia ideológica das classes ou frações de classe

11 Nas palavras de Boito Jr. (2012a, p. 72, em nota): "Frente e aliança não são a mesma coisa. A aliança reúne classes ou frações de classe que agem, cada qual, organizada de modo independente, com base em um programa político próprio, e que estabelecem um programa mínimo comum. A frente reúne, de maneira mais informal, classes e frações de classe, não necessariamente organizadas de modo independente, em torno de objetivos convergentes, mas cuja convergência nem sempre está clara para as forças sociais envolvidas na frente".

reinantes no âmbito da cena política. Em se tratando de um regime democrático-liberal, o autor elenca como principais indicadores de hegemonia ideológica: a) o apoio eleitoral de determinado programa de governo e b) a ideologia que orienta as políticas governamentais (Ibidem)[12].

A seguir, levando em conta o contexto da "novíssima dependência" ao qual estiveram submetidas as conjunturas políticas latino-americanas durante o período recente, tematizamos a questão da distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica em formações sociais capitalistas dependentes. Isso nos permitirá, exatamente, jogar luz sobre a questão da relação entre os Estados latino-americanos e suas classes politicamente dominantes do fim do século XX aos dias de hoje. E, para tanto, conforme argumentaremos, o conceito de autonomia relativa do Estado se revela central.

5 A Autonomia Relativa do Estado Sob a Novíssima Dependência Latino-Americana: Os Casos Brasileiro e Argentino (2003-2016)

A noção de autonomia relativa do Estado (capitalista), que Poulantzas foi buscar em Marx (2011b; 2011c), remete, de um lado, à "autonomia das estruturas respectivas do político e do econômico refletida na relação entre o Estado e a luta econômica de classe" e, de outro, à "autonomia relativa do Estado e das classes politicamente dominantes" (POULANTZAS, 2019, p. 290). Uma vez que "a classe burguesa [...] parece, salvo em condições excepcionais, incapaz de elevar-se, por seus próprios partidos políticos, ao nível hegemônico de organização" (POULANTZAS, 2019, p. 292)[13], a autonomia relativa é condição necessária para que o Estado capitalista cumpra seu papel de produção-reprodução das condições de acumulação de capital[14]. Ela significa, em suma, que "[o] Estado [...] não contribui para

12 Já no caso de um regime ditatorial, "é somente a ideologia orientadora das políticas de governo que se impõe como critério" (MARTUSCELLI, 2018a, p. 144).

13 Cf. Poulantzas (2019, p. 292-293): "[...] o fracionamento interno da classe burguesa; a permanência, nas formações capitalistas, das classes da pequena produção e seu reflexo complexo no nível político; a ascensão e a luta política organizada da classe operária; as instituições do Estado capitalista, dentre as quais o sufrágio universal, que lançam na cena política todas as classes ou frações da sociedade etc. Em suma, tudo acontece como se as coordenadas específicas da luta das classes dominantes contribuíssem aqui conjuntamente para uma incapacidade de organização política dessas classes".

14 Essa autonomia, pois, deve ser entendida como algo imanente. Ela é sempre uma constante, ainda que sua "relatividade" possa vir a ser consideravelmente atenuada — neste caso, Poulantzas (2019) fala simplesmente em autonomia.

a dominação efetiva de certas classes — pois jamais é um árbitro neutro — senão por seu papel de fator de coesão e de manutenção das estruturas de uma formação dada" (POULANTZAS, 2019, p. 295)[15].

O Estado, resume Poulantzas (2019, p. 49), "representa o lugar onde se reflete a articulação" dos níveis (econômico, jurídico-político, ideológico) de uma formação social capitalista, "e o lugar de condensação de suas contradições". Ele funciona como "fator de coesão" dessa formação (POULANTZAS, 2019, p. 46). De um lado, na medida em que é o responsável por "isolar" as relações econômicas de classe e enunciar um direito formalmente igualitário, ele garante, em última instância, a reprodução ampliada das relações econômicas, políticas e ideológicas estabelecidas entre os diferentes agentes sociais no interior dessa formação (POULANTZAS, 1975, p. 30). De outro, ele representa a nação na geopolítica internacional, em suas relações com outros Estados e nas relações do bloco no poder da formação social em questão com blocos no poder de outras formações sociais[16].

Quando se analisa formações sociais capitalistas periféricas, deve-se levar em conta, ainda, a variável dependência. Em suma, a autonomia relativa desses Estados (suas margens de ação autônoma) é diretamente condicionada pela centralidade dos Estados imperialistas (KAPLAN, 1996; TAPIA, 2009; MERINO, 2020; GRANATO, 2019; 2021). Daí a dificuldade das classes dominantes de nações dependentes em assumir posições conflitivas com o capital internacional, que se torna ainda mais aguda sob a "novíssima dependência".

15 Em termos gramscianos: "todo Estado moderno deve ser capaz de servir aos fins estratégicos do bloco histórico burguês, ainda que contradiga os interesses pontuais da burguesia blood and flesh" (ZAVALETA MERCADO, 2006, p. 41, tradução nossa).

16 Não custa lembrar que a insurgência do MPC na Europa Ocidental esteve coadunada ao surgimento do assim chamado "mercado mundial", e, portanto, da lógica imperialista de "desenvolvimento desigual e combinado" (Lenin), conforme Marx e Engels (2007) indicam já n'A ideologia alemã. O papel fundamental do Estado durante este período de transição também não deixa de ser tratado, en passant, mas de modo inconteste, por exemplo, nos Grundrisse (MARX, 2011a) e no livro I d'O capital (MARX, 2017, p. 809; 821). Cf. Marx (2011a, p. 416): "[...] foi lançada uma massa de forças de trabalho vivas no mercado de trabalho, [...] destinada à venda de sua capacidade de trabalho ou à mendicância, vagabundagem e roubo como única fonte de renda. Historicamente, constata-se que eles tentaram primeiro o último recurso, mas foram impelidos para o estreito caminho que conduz ao mercado de trabalho por meio da forca, do pelourinho, do chicote — onde, portanto, aparecem os governos, por exemplo, de Henrique VII, VIII etc., como condições do processo histórico de dissolução e como criadores das condições para a existência do capital". Cf., ainda, Poulantzas (2019, p. 159-163). Sobre a teoria poulantziana do imperialismo e o problema do "desenvolvimento desigual e combinado", cf. Bugiato (2014, p. 458-459): "[...] países diversos possuem em seu território diferentes 'graus' de desenvolvimento do modo de produção capitalista, resultando numa delimitação da corrente entre metrópoles imperialistas — centros autóctones de acumulação de capital / 'capitalismo avançado' — e formações sociais dominadas e dependentes (FSDD) — processo de acumulação dependente do exterior / 'capitalismo atrasado'".

Pode-se periodizar a dependência das formações sociais latino-americanas em relação ao centro imperialista em três etapas (FIORI, 1995; SAES, 2007; MARTUSCELLI, 2018b). A chamada velha dependência, cujo auge se deu durante os anos 1930, foi marcada, grosso modo, pela vigência do modelo agroexportador, de um lado, e, em contrapartida, pela entrada de investimentos externos direcionados à infraestrutura, energia e transportes, de outro. A nova dependência, que se estende de meados dos anos 1950 ao fim dos anos 1970, por sua vez, pelo modelo de substituição de importações, ou seja, pela industrialização, também com a contrapartida de investimentos estrangeiros. A novíssima dependência (FIORI, 1995), por fim, remete à atual fase capitalista neoliberal. Enquanto a nova dependência significou "um desenvolvimento capitalista de curto prazo, limitado, porém real" (SAES, 2007, p. 158), na novíssima dependência, a entrada do capital internacional nos países latino-americanos objetiva tão só o "apoderamento do que já existia, sem nada agregar de novo, instaurando, assim, um processo de 'periferização de segundo grau" (MARTUSCELLI, 2018b, p. 56), que tende à desindustrialização e à primarização da região.

Conforme muitos autores já apontaram, os governos progressistas que subiram ao poder no início do século XXI na América Latina, como os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) e Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), não confrontaram o modo de acumulação neoliberal, restringindo-se a um "reformismo fraco", seja no âmbito doméstico, seja no âmbito das relações exteriores. O conceito de novíssima dependência constitui então uma indicação importante para a análise do posicionamento geopolítico das nações em questão durante esse período, procedimento que nos permite ampliar o aporte poulantziano do Estado e do bloco no poder a uma perspectiva que conjuga política interna e externa. Tal perspectiva, por sua maior concretude, leva-nos a atentar ao poder político efetivo das diversas frações burguesas.

Entre 2003 e 2016, o Brasil e a Argentina não lograram romper com suas posições subordinadas na geopolítica internacional, apresentando margens de ação autônoma bastante modestas. Isso está relacionado, em grande medida, ao fato de que não contam com burguesias locais fortes — quer dizer, com burguesias capazes de assumir posições anti-imperialistas. Essa situação, portanto, só pode

ser entendida a partir de uma análise que não descuide da interconexão entre as dinâmicas internas e externas dessas formações sociais capitalistas.

Aqui outra vez se faz útil a distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica. Como um exemplo dessa distinção, Martuscelli (2018a, 2018b) indica justamente o caso dos governos petistas (2003-2016), no Brasil, e dos governos kirchneristas (2003-2015), na Argentina. Nesses dois países, o que se observaria, durante o período da "maré rosa", é uma mudança que diz respeito tão só à cena política, não ao bloco no poder. Em outras palavras, a despeito de não serem reinantes no âmbito da cena política, as burguesias associadas não deixaram de deter hegemonia política:

> [...] se articularam nessas duas formações sociais, neste período, frentes políticas dirigidas pela burguesia interna e amparadas numa visão genérica de desenvolvimentismo ou de "capitalismo sério", como foi no caso argentino, e que logrou reformar o capitalismo neoliberal, possibilitando concessões materiais para as classes dominadas e um melhor posicionamento da burguesia interna no bloco no poder, sem com isso colocar em xeque a hegemonia política da burguesia associada e o próprio modo de acumulação neoliberal. (MARTUSCELLI, 2018a, p. 145-146)[17]

Se é verdade que há diferenças muito marcadas entre os governos progressistas em questão — petistas, no Brasil, e kirchneristas, na Argentina — e os governos que os antecederam, não é verdade que a hegemonia do grande capital internacional foi, na prática, posta em questão. Parece mais apropriado falar de uma "acomodação" (MARTUSCELLI, 2018a; 2018b; GRANATO, 2019; 2020; GRANATO; CAVALCANTI, 2020) no interior do bloco no poder desses países por parte de suas burguesias internas, tendo em vista que, para determo-nos em uma variável fundamental, o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação com juros altos, elevado superávit primário e câmbio flutuante) não sofreu qualquer abalo, ainda que o receituário ortodoxo preconizado pelo FMI e pelo Banco Mundial (privatizações, desregulamentação financeira e abertura comercial) tenha sido

17 Essa análise difere, por exemplo, da de Boito Jr., para quem os governos neodesenvolvimentistas do Partido dos Trabalhadores (PT) representaram a ascensão da grande burguesia interna a uma posição (politicamente) hegemônica no interior do bloco no poder. Tratava-se, para o autor, de um programa de governo que visava "o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, [...] sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país" (BOITO Jr., 2012b, s/p). No entanto, este teria açambarcado "prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada" (BOITO Jr., 2016b, p. 155, grifo nosso).

timidamente freado. Essa acomodação, por certo, está ligada a inflexões pontuais nas cenas políticas, possibilitando a ascensão de frentes de centro-esquerda a uma posição de destaque, mas não parece significar exatamente a hegemonia política das frações burguesas que a compõem — o que não implica desconsiderar a ascensão da agência política dessas mesmas frações[18].

Seria, então, exato falar em um empoderamento das burguesias internas brasileira e argentina entre 2003 e 2016, mas é necessário precisar de que maneira operaram efetivamente as contradições dessas frações com as potências imperialistas e seus representantes nos termos de seus desenvolvimentos desiguais. Nesse sentido, é bastante nítido que "a política que implementaram se limitou a reformar o capitalismo neoliberal e a resistir à 'novíssima dependência' (e não a confrontá-la)" (MARTUSCELLI, 2018b, p. 57). Nos termos de Martuscelli:

> Sem pôr em xeque a hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia associada a ele, as burguesias internas argentina e brasileira lograram acomodar seus interesses no bloco no poder, contemplados numa proporção qualitativamente superior quando comparada ao dos anos 1990. (MARTUSCELLI, 2018b, p. 58)

As dinâmicas internas condicionam as dinâmicas externas em um contínuo, e vice-versa, conforme se pode verificar, por exemplo, analisando o papel das burguesias brasileira e argentina no âmbito do Mercosul. Granato (2020, p. 802, tradução nossa) sublinha que, ainda que as burguesias internas desses dois países ocupem lugares estratégicos no que diz respeito a sua condução, ao longo de toda a história do bloco, estas sempre estiveram "unificadas sob a hegemonia do capital financeiro internacional e das empresas transnacionais". Em outras palavras, ainda que os governos petistas e kirchneristas tenham juntado esforços no sentido de levar a cabo uma integração regional mais enérgica, para além de uma agenda puramente econômica, não foi possível "alterar, em essência, seu caráter mercantil e dependente": foi "sem desfazer as principais diretrizes de política econômica dos governos neoliberais" que "os governos populares e progressistas afirmaram a necessidade de implementação de agendas nacionais e sociais de desenvolvimento"; "continuaram prevalecendo [...] a lógica e os valores do mercado" (GRANATO; CAVALCANTI, 2020, p. 70).

18 No caso do neodesenvolvimentismo petista, por exemplo, como lembra Bugiato (2020, s/p), "[v]ários projetos do capital estrangeiro e da burguesia associada foram contrariados e adiados, em particular a descoberta e a forma estabelecida para a exploração do pré-sal".

6 Considerações Finais

Neste artigo, retomando a teoria poulantziana do Estado e do bloco no poder, abordou-se uma noção "ampliada" de cena política, entendendo que esta não se restringe aos partidos políticos, na esteira de Martuscelli (2018a) e do que o próprio Poulantzas permite supor em contribuições posteriores a Poder político e classes sociais. Como visto, considerar que grupos de interesse também estão presentes neste terreno indica caminhos para repensá-lo em sua relação com o aparelho de Estado e o bloco no poder. Daí a importância da distinção, proposta por Martuscelli (2018a), entre hegemonia política (no bloco no poder) e hegemonia ideológica (na cena política), que fornece subsídios para um olhar comparado entre o poder político-econômico e aquele vinculado por excelência à cena política (entendida de maneira "ampliada").

Ao abordar a questão da hegemonia em formações sociais capitalistas periféricas no atual contexto da dependência externa, a partir de análises empíricas pontuais, sublinhamos, ainda, a relevância da noção poulantziana de autonomia relativa do Estado. Ela nos permitiu articular a questão da relação do Estado com as classes dominantes com a questão da relação dessas mesmas classes com o capital internacional. Restou retratado, assim, que, do fim dos anos 1990 aos dias de hoje, as margens de ação autônoma dos Estados latino-americanos encontram-se, nos planos interno e externo, diretamente engessadas sob a novíssima dependência a que estão submetidos os países da região em relação às potências centrais; que essas margens são ainda mais restritas na ausência de burguesias locais fortes, como nos casos exemplares do Brasil e da Argentina durante o período 2003-2016; e que, durante este último período, as burguesias associadas brasileira e argentina permaneceram politicamente hegemônicas — ou seja, que suas burguesias internas granjearam hegemonia tão só ideológica.

Newest Dependency and Relative Autonomy of the State: the Cases of Brazil and Argentina (2003-2016)

Abstract: This article recovers the theory of the Greek-French political scientist Nicos Poulantzas regarding the relations between the power bloc and the political scene and between domestic politics and foreign policy. From bibliographic research that has as scope the conjunctures of Brazil and

Argentina between 2003 and 2016, it is wondered what are the margins of autonomous action of Latin American States in the context of the so-called "newest dependency". The conclusions indicate that, in the absence of a strong local bourgeoisie, this margin is quite restricted, and that, during the period in question, the Brazilian and Argentinian associated bourgeoisies remained politically hegemonic.

Keywords: Poulantzas; power bloc; newest dependency; Brazil; Argentina.

Referências

BUGIATO, Caio. **A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas.** Quaestio Iuris, v. 7, n. 2, p. 453-468, 2014.

_____. **Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil.** Observatório do Estado Latino-Americano (ODELA), set. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/. Acesso em: 29 out. 2021.

BOITO Jr., Armando. **Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. Comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** Crítica Marxista, n. 15, p. 127-139, 2002.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012a. p. 69-104.

_____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 9° Fórum Econômico da FGV-SP, São Paulo, 2012b.

_____. **Indicações para o estudo do marxismo de Althusser**. In: PINHEIRO, Jair (org.). Ler Althusser. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016a. p. 151-182.

_____. **A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia**. Crítica Marxista, n. 42, p. 155-162, 2016b.

CODATO, Adriano. **Poulantzas, o Estado e a revolução**. Crítica Marxista, n. 27, p. 65-85, 2008.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: FIORI, José Luís. **Em Busca do Dissenso Perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p. 215-230.

GRANATO, Leonardo. **Capacidades estatais para a integração regional: um estudo sobre o Brasil e o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 1, p. 250-262, 2019.

_____. **Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil.** Izquierdas, n. 49, p. 797-809, 2020.

_____. **O Estado latino-americano: teoria e história**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GRANATO, Leonardo; CAVALCANTI, Flavia Guerra. **Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina.** Sul Global, v. 1, n. 2, p. 64-96, 2020.

KAPLAN, Marcos. **El Estado latinoamericano**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Cena política, fração reinante e hegemonia ideológica. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo.** Florianópolis: Editoria Em Debate, 2018a. p. 127-147.

_____. **Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro**. Crítica Marxista, n. 47, p. 55-73, 2018b.

MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-50.

_____. **Formas que precederam a produção capitalista**. In: MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011a. p. 388-423.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERINO, Gabriel E. **Giro neoliberal en Argentina y Brasil en los últimos años: periferialización, dependencia y desigualdad**. Realidad Económica, n. 331, p. 9-40, 2020.

MOTTA, Luiz Eduardo. **Poulantzas e o direito**. Dados, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Porto: Perspectiva, 1972a [1970]. 2 vols.

_____. **Les classes sociales.** L'Homme et la societé, n. 24-25, p. 22-55, 1972b.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1974].

_____. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Ed. Unicamp, 2019 [1968].

SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil.** São Paulo: Xamã, 2007. p. 155-172.

SILVEIRA, Paulo. Poulantzas e o marxismo. In: POULANTZAS, Nicos. **Poulantzas: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1984. p. 7-39.

TAPIA, Luis. **La coyuntura de la autonomía relativa del estado**. La Paz: Muela del Diablo, 2009.

ZAVALETA MERCADO, **René. Formas de operar del Estado en América Latina (bonapartismo, populismo, autoritarismo)**. In: IBARGÜEN, Maya Aguiluz; MÉNDEZ, Norma de los Ríos (orgs.). René Zavaleta Mercado: ensayos, testimonios y re-visiones. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006. p. 33-54.